

# **Senado entrega Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a ministras, educadoras e militantes - Distrito Federal, 11/03/2015**

## **MUDANÇA DE HORÁRIO:**

Considerando a convocação extraordinária de sessão do Congresso Nacional para o dia 11 de março (quarta-feira), às 11h, no Plenário do Senado, a Sessão Solene destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as vencedoras da 14ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz **foi remarcada para às 14h do mesmo dia.**

Atividade: Sessão Solene destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e 14ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Local: Plenário do Senado

Horário: 14h

Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato: (61) 3303-1710 ou [procuradoria.mulher@senado.leg.br](mailto:procuradoria.mulher@senado.leg.br)

O diploma mulher-cidadã Bertha Lutz ocorre todos os anos para agraciar mulheres que contribuíram para a defesa dos direitos da mulher e questões de gênero no Brasil. A sessão solene de premiação, que ocorrerá às 11h do dia 11 de março, no Plenário do Senado Federal, faz parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Diploma Mulher-Cidadã  
Bertha Lutz

14ª Premiação  
**2015**

*A transformação social se faz com coragem e determinação*

## Senado Federal entrega Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a Ministras, Educadoras e Militantes

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz ocorre todos os anos para agradecer mulheres que contribuíram para a defesa dos direitos da mulher e questões de gênero no Brasil. A premiação faz parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Nesta 14ª edição, serão agraciadas a Ministra e Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia Antunes Rocha; a Ministra e Presidente do Superior Tribunal Militar Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha; a Antropóloga Clara Maria de Oliveira Araújo; a Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas Creuza Maria Oliveira; a Educadora Social Ivanilda Pinheiro Salucci; e a Socióloga Mary Garcia Castro. Também será homenageada (*in memoriam*), a Psicóloga Débora Martins Bonafé dos Santos.

O Diploma já foi conferido a mais de 60 mulheres de diversas áreas de atuação, entre elas, a Geneticista Mayana Zatz, a Farmacêutica Maria da Penha, que deu nome a Lei contra violência doméstica, a Cantora e Compositora Leci Brandão, a Antropóloga Ruth Cardoso, a Médica e Sanitarista Zilda Arns (*in memoriam*) e a Presidente da República Dilma Rousseff.

O nome da premiação homenageia a Deputada Federal Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), uma das pioneiras do feminismo brasileiro e maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres, que se empenhou pela aprovação da legislação que deu às mulheres o direito de votar e de serem votadas.

Sessão Solene do Congresso Nacional  
Dia Internacional da Mulher

Data: 11/03/2015

Hora: 11h

Local: Plenário do Senado Federal



---

# Mutirão do STF vai acelerar processos de violência contra a mulher

*(Época, 27/02/2015)* A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, é tratada como uma heroína na luta pelos direitos das mulheres. Em fevereiro, a ministra fez jus à fama. Reuniu os presidentes dos 27 Tribunais de Justiça do país e organizou uma “mobilização judiciária” para acelerar os julgamentos dos processos de violência contra a mulher que tramitam em todos os estados. Os mutirões acontecerão entre os dias 9 e 13 de março, no chamado “Mês da Mulher”. Cármen Lúcia encerrará essa “mobilização judiciária” num grande evento em Belo Horizonte. Sua equipe está convidando senadoras, deputadas, ministras e juízas para a celebração.

Leia também: [Tribunais preparam mobilização nacional para priorizar julgamentos de violência doméstica](#)

*Marcelo Speranzio*

Acesse no site de origem: [Mutirão do STF vai acelerar processos de violência contra a mulher \(Época - 27/02/2015\)](#)

---

## Entidade pede para STF ampliar

# cota para negros ao Legislativo e Judiciário

**(Portal G1, 11/07/2014)** O Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara) protocolou ação no Supremo Tribunal Federal (STF) nesta quinta-feira (10) na qual pede a ampliação da regra que prevê cota de 20% das vagas em concursos públicos federais do Executivo também para Legislativo, Judiciário, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e Defensoria Pública da União.

No mês passado, a presidente Dilma Rousseff sancionou lei que reserva, nos próximos dez anos, 20% das vagas em concursos da administração federal para candidatos que se declararem negros (pretos ou pardos). A cota vale também para autarquias e empresas públicas, como Petrobras e Correios, mas não se estende aos outros poderes. O Senado, porém, decidiu instituir cota de 20% nos concursos.

A entidade afirma no mandado de segurança protocolado no Supremo que a lei sancionada fere a Constituição “quando não promove a inclusão de afrodescendente nos Poderes Judiciário e Legislativo”.

O instituto pede uma liminar (decisão provisória) para obrigar a cota de 20% em todos os concursos federais até que o caso seja analisado pelo plenário do Supremo.

A ação foi distribuída para a ministra Cármen Lúcia, mas eventual liminar terá que ser concedida pelo presidente em exercício do Supremo em razão do recesso de meio de ano, que termina em 1º de agosto. Joaquim Barbosa fica no cargo até dia 14 de julho, quando entra em férias. Depois, assumirá interinamente o vice-presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski.

## **Lei fere Estatuto da Igualdade Racial, diz instituto**

A entidade afirma que a lei que beneficia apenas o Executivo “não promoveu a Justiça social, ação afirmativa e a reparação do processo de escravidão moderna e o antirracismo, além de descumprir o princípio da

proporcionalidade de gênero”.

O principal argumento é de que a lei fere o Estatuto da Igualdade Racial, que afirma que políticas de ação afirmativa do Estado deve contemplar toda a administração pública federal, estadual, distrital e municipal.

“Qualquer inclusão de ação afirmativa para negros que não contemple os demais poderes da União, não há de ser considerada com eficácia plena, cabendo nessas situações à interferência do Poder Judiciário, nesse caso, por descumprimento ao Estatuto da Igualdade Racial”, diz a ação.

Acesse o site de origem: [Entidade pede para STF ampliar cota para negros ao Legislativo e Judiciário](#)

---

## **Igualdade entre mulheres e homens na política brasileira levará 250 anos**

*(R7) Estimativa foi feita com base no ritmo das últimas eleições. Brasil é o 124º em ranking mundial*

Apesar da vitória de Dilma Rousseff nas últimas eleições presidenciais, o Brasil vem despencando, ano a ano, no ranking mundial de participação de mulheres na política. No ritmo dos últimos cinco pleitos, o País ainda levará 252 anos para que a Câmara dos Deputados, por exemplo, tenha igual número de homens e mulheres.

A conta foi feita pelo demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, coordenador dos

cursos de pós-graduação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ligada ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O número de mulheres na “câmara baixa” (no caso do Brasil, na Câmara dos Deputados) é o parâmetro da avaliação mundial feita pela Inter-Parliamentary Union. No País, elas ocupam apenas 44 (ou 8,6%) das 513 cadeiras.

No Senado, são 13 mulheres para 81 postos — ou 16% do total.

Os dados da Inter-Parliamentary Union referem-se à situação mundial em 1º de janeiro deste ano.

Hoje, o Brasil ocupa a 124ª posição entre os 148 países pesquisados. Há 15 anos, havia 29 deputadas na Câmara brasileira, o que garantia ao País o 79º lugar entre 129 nações. Ou seja: apesar de a situação no Brasil ter melhorado, no resto do mundo, a ampliação de vagas para mulheres ocorre mais rapidamente.

Com isso, o Brasil hoje aparece atrás de países como o Mali, internacionalmente conhecido pela prática da mutilação genital feminina. A nação africana possuiu 14 mulheres entre os 145 parlamentares - ou seja, elas ocupam 9,5% do congresso, 0,9 ponto porcentual acima da estatística brasileira.

## **Cotas**

O demógrafo Alves afirma que a desigualdade entre os sexos na política brasileira não se deve a um preconceito do eleitor:

— Podemos notar que, nas últimas eleições presidenciais, por exemplo, Dilma Rousseff e Marina Silva, juntas, obtiveram dois terço dos votos. O gargalo para que a participação da mulher na política não está na população, mas nos partidos políticos.

Alves afirma que, no sistema político brasileiro, a regra que exige que 30% dos candidatos de cada coligação sejam do sexo feminino não é suficiente para alavancar a igualdade:

— Os partidos, de modo geral, podem colocar candidatas na disputa para cumprir a lei, mas não se esforçam para elegê-las, não investem nas candidaturas femininas. As cotas, a meu ver, funcionam bem em sistemas políticos com lista fechada, como ocorre na Argentina.

No sistema de lista fechada, o eleitor não vota no candidato, mas no partido. Dependendo do número de votos, o partido coloca uma certa quantidade de candidatos no parlamento — a ordem de entrada é definida pelo próprio partido. Com isso pode haver exigência de que a lista seja composta alternadamente por homens e mulheres.

### **Cidades das mulheres**

Se a situação da Câmara dos Deputados não é das melhores para a igualdade de gêneros na política, pequenas cidades são exemplos de que pode haver forte participação feminina na vida pública.

A pequena Fronteiras, cidade de 11 mil habitantes no interior do Piauí, é a cidade com maior proporção de mulheres na Câmara: são seis vereadoras, ante três vereadores. A segunda colocada nesse é também do Piauí. Trata-se de Barras, município de 44 mil habitantes, com oito mulheres e cinco homens em seu parlamento.

No total, segundo levantamento de Alves, 23 cidades têm mais mulheres do que homens na Câmara Municipal. O País têm 5,5 mil municípios.

A média da política regional é melhor que a nacional: 13,3% dos assentos de vereador e 12.1% das prefeituras são ocupados por mulheres.

### **Eleições 2014**

Apesar de Dilma Rousseff ter ampliado a participação de mulheres nos ministérios, fortalecendo figuras políticas femininas, como Gleisi Hoffmann e Ideli Salvatti, e outros postos importantes — como a presidência da Petrobras —, Alves afirma que ainda é cedo para prever o se isso terá algum efeito na eleição de 2014.

— O que é interessante notar é que a presença da ministra do Supremo

Cármen Lucia como presidente do TSE em 2010 melhorou o cumprimento das cotas. Ela levou a questão adiante e cobrou os partidos que não cumpriam as regras.

***Acesse o PDF: [Igualdade entre mulheres e homens na política brasileira levará 250 anos \(R7, 08/03/2014\)](#)***